

ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Gabinete da Ministra****Despacho n.º 11366/2016**

De acordo com artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, que aprovou a Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o cargo de Diretor Central é provido por despacho do Membro do Governo responsável pela área da Administração Interna sob proposta do Diretor Nacional.

O cargo de Diretor Central de Investigação do SEF encontra-se vago, pelo que atendendo à necessidade de garantir o normal funcionamento do Serviço torna-se necessário proceder à nomeação do respetivo titular.

Assim, de acordo com a proposta formulada pela Diretora Nacional do SEF, e ao abrigo do disposto no artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de outubro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 240/2012, de 6 de novembro, designo em comissão de serviço por um período de três anos, renovável por iguais períodos, no cargo de Diretora Central de Investigação, cargo de direção intermédia do 1.º grau, a licenciada Ester Filomena Carvalho Guedes, a qual preenche os requisitos legais e é detentora da aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo.

Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, a designada poderá optar pela remuneração de origem.

O presente despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2016.

13 de setembro de 2016. — A Ministra da Administração Interna, *Maria Constança Dias Urbano de Sousa*.

ANEXO**Síntese Curricular**

Nome: Ester Filomena Carvalho Guedes

Data de Nascimento: 1958.05.04

Habilitações académicas:

Licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra, vertente Jurídico-Políticas, 1993-1988;

Estágio de advocacia, de 1988 a 1990;

Pós-graduação em Direito do Consumo na Universidade de Coimbra em 1989.

Formação profissional mais relevante para a função:

Curso de Alta Direção do I.N.A.;

Curso de Formação Pedagógica de Formadores do I.N.A.;

Curso de Planeamento, Organização e Avaliação de Formação, ministrado pela COPRAI;

Curso de Formação de Formadores de Funcionários Responsáveis pelos Controlos Fronteiriços no Espaço Schengen, na Academia de Polícia de Ávila, Espanha;

Curso Geral de Segurança de Matérias Classificadas, ministrado pelo Gabinete Nacional de Segurança;

“Análise de Informação Criminal e Cooperação Policial” — Seminário internacional organizado pela Polícia Judiciária.

Experiência profissional:

De 27/05/2013 a 30/06/2016 e em comissão de serviço, exerceu funções de Oficial de Ligação de Imigração, junto da Embaixada de Portugal em Luanda, nomeada pelo Despacho n.º 4982/2013 do Ministro dos Negócios Estrangeiros;

De 08/03/2010 a 05/12/2012, e em comissão de serviço, exerceu funções de Diretora Regional do Algarve, nomeada pelo Despacho n.º 3941/2010, de 4 de março de 2010 da Secretária de Estado da Administração Interna;

De 01/10/2009 a 05/03/2010 coordenou o departamento de projetos comunitários;

De 30/01/2006 a 30/09/2009, exerceu funções de Oficial de Ligação do MAI junto da Embaixada de Portugal em Praia — Cabo Verde, em comissão de serviço, para o que foi nomeada pelo Despacho do MNE, n.º 24 737/2005, de 13 de setembro de 2005 e despacho conjunto MAI/MNE, n.º 14 670/2006 (redefinição de competências para OL/MAI);

De 28.01.97 a 29.01.2006: Na dependência do Ministro da Administração Interna, nomeada formalmente como Coordenadora do Gabinete Nacional SIRENE, em comissão de serviço, pelo despacho conjunto dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, das Finanças, da Administração Interna e da Justiça, n.º A-3/97-XIII, de 28.01.97, seguido de duas renovações da respetiva comissão de serviço, por idênticos Despachos Conjuntos;

De 01/06/1993 a 27/01/1997, foi incumbida pelo SEAMAI de estudar, propor, organizar, preparar a entrada em funcionamento do SIRENE e garantir a sua coordenação e articulação com os diversos Serviços e Ministérios, com vista à implementação da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen em Portugal;

De 18/01/1992 a 31/05/1993, pelo Despacho 3/92 do Diretor-Geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, nomeada formalmente Inspectora Responsável da fronteira do aeroporto de Lisboa, cargo que exercia desde 01/08/1991, em regime de rotatividade entre os Inspectores de 1.ª classe;

De 15/06/1991 a 18/01/1992, para além do exercício das funções em regime de rotatividade acima referidas e da ministração da disciplina de Direito de Asilo ao 2.º curso da Carreira de Investigação e Fiscalização, reestruturou, reorganizou e dirigiu a Divisão de Refugiados do SEF;

A 15/06/1991 é nomeada Inspectora de 1.ª classe da Carreira de Investigação e Fiscalização, por despacho do SEAMAI;

De 15/11/1990 a 14/06/1991, realizou estágio do 1.º Curso da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF, tendo sido admitida em lugar de acesso na categoria de Inspectora de 1.ª classe.

Outras funções e atividades relevantes:

Autora e coautora de diversos manuais de procedimentos e de boas-práticas em matéria Schengen e de Cooperação Policial (nacionais e comunitários);

Formadora do I.N.A., PSP, GNR, SEF e colaboradora do CEJ (formação de magistrados no âmbito da Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal);

Membro do Grupo de Acompanhamento do Mandado de Detenção Europeu, constituído pela Procuradoria-Geral da República;

Presidente do Grupo de Trabalho SIRENE em 1997 (Schengen/Benelux) e do Grupo de Trabalho SIRIS da U.E. em 2000;

Membro do Grupo Acervo Schengen em 2000;

Chefe da delegação portuguesa do GT SIRENE de 1993 a 2006;

Avaliadora Schengen da U.E. no âmbito SIS/SIRENE e Cooperação Policial;

Colaborou ainda com os Grupos de Trabalho da U.E. “Mandado de Detenção Europeu” e “Direito Civil” (no âmbito do rapto parental);

Citada em várias obras, incluindo no âmbito da cooperação judiciária internacional.

209865075

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna**Despacho n.º 11367/2016**

No âmbito das competências que me foram delegadas pela Senhora Ministra da Administração Interna pelo Despacho n.º 181/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 4, de 7 de janeiro, alterado pelo Despacho n.º 8477/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 124, de 30 de junho, e face ao estatuído na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 19 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, autorizo, a pedido do interessado, a cessação, com efeitos a 7 de setembro de 2016, da comissão de serviço do Major-General (R) Francisco Miguel da Rocha Grave Pereira, no cargo de Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, para o qual havia sido nomeado pelo Despacho n.º 6555-A/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 95, de 19 de maio, e reconduzido pelo Despacho n.º 14147-A/2014, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 226, de 21 de novembro.

9 de setembro de 2016. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Jorge Manuel Nogueiro Gomes*.

209866144

Guarda Nacional Republicana**Unidade de Intervenção****Despacho n.º 11368/2016**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 46.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da faculdade que me foi conferida pela alínea c) do n.º 2 do Despacho n.º 433/2016, do Exmo. Tenente-General Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 12 de janeiro de 2016, subdelego no Comandante do Grupo de Intervenção de Ordem Pública, Major de Infantaria, Jorge Manuel Lobato Barradas, a competência para assinatura de guias de marcha e guias de transporte.